

Inteligência despida

Hércules Rodrigues de Oliveira - Professor universitário, mestre em administração

Rá é um deus com cabeça de falcão – uma divindade para a mitologia egípcia – que se faz conhecer como o deus Sol, a luz que dissipa a escuridão e produz alimentos. Rá é Odin para os escandinavos e Zeus para os greco-romanos. Rá é o autor da gênese do homem e o criador das palavras. Diferentemente do poder do silêncio, Rá usa o poder da fala para gerar os outros deuses e os elementos, sendo que, na combinação destas e de lágrimas, criou a raça humana. Somos filhos do som, mas em silêncio vertemos lágrimas. Mas Frejat já o disse: “Todo mundo sabe que homem não chora. Homem não chora nem por ter, nem por perder”. Se não chora o homem, chora a Justiça, derramando lágrimas para a inteligência, pois a impunidade se torna filha do esquecimento. “Quem se lembra dos armênios?”, disse Adolf Hitler, ao preparar a invasão da Polônia, 20 anos depois do genocídio que dizimou mais da metade da população armênia que vivia na Turquia. Como disse Galeano: “Hitler advertiu que haveria protestos, algum escândalo internacional, alguma gritaria, mas garantiu que aquele ruído não duraria muito”.

Mas lágrimas também derramou Afrodite por Adônis – o modelo de beleza masculina –, que se transformaram em pequenos corações, por nós conhecidos como morangos silvestres. Mas chora o coração mais empedernido diante do descabro que assola nossas instituições. O patrimonialismo, o nepotismo, o filhotismo, entre outras figuras identificadas pelos clássicos da cultura brasileira, persistem. As Capitânias Hereditárias sobrevivem à modernidade. Mas tudo isso é o cenário para bem demonstrar o êxodo da caridade na verdade. Para o mundo católico a encíclica do papa Bento XVI Caritas in veritate vem de forma apropriada para ajudar a identificar e contrapor o bastião da traição de representantes do Estado contra o próprio Estado que se dá de forma gratuita e desproporcional, comprometendo o bem comum e ferindo de morte leis que protegem os servidores no cumprimento de seu dever.

De bom alvitre o provérbio chinês: “Há três coisas na vida que nunca voltam atrás: a flecha lançada, a palavra pronunciada e a oportunidade perdida”. Percebemos claramente o poder da palavra, pois ela foi inegavelmente a ferramenta da própria evolução humana, pois a visão criacionista já nos ensinava: “No começo era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”. A palavra torna-se, então, a base para o fato e o fato torna-se verdade, ainda que não o seja. Foram palavras lançadas ao vento que vêm aos poucos tentando desconstruir a imagem da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que, próximo de seu primeiro decênio, passa inegavelmente por momentos nunca antes vividos.

O profissional de inteligência, acostumado com o silêncio sepulcral de seu *modus vivendi*, vê-se vítima de uma campanha orquestrada por um grupo midiático sem precedentes na história dessa atividade de Estado, em que lídimos representantes dos três poderes não mediram esforços em denegrir sem pudor uma instituição que presta relevantes serviços à sociedade brasileira, caluniando sobre falsos “grampos”, que, como consequência, vêm desestabilizando a Abin, o centro do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), o que promove vulnerabilidades para o próprio Estado brasileiro. O ato, além de covarde, implica traição, o que causa múltiplos sofrimentos ao traído. Traídos estão sendo seus servidores. Homens e mulheres de inteligência que, de forma temerária, estão com seus nomes sendo divulgados pela mídia de forma depreciativa, injusta e descabida, comprometendo seriamente sua incolumidade física e de seus familiares e da própria atividade de inteligência, uma atividade de Estado. Como esses servidores poderão continuar a executar suas tarefas em prol da segurança da nação e da manutenção dos princípios democráticos se as garantias de salvaguarda estão sendo-lhes retiradas? Esses profissionais se sentem traídos, tornando-se as primeiras vítimas a tombarem na luta fratricida pelo poder entre instituições em detrimento do Estado brasileiro.

A Lei 9.883, de 7 de dezembro de 1999, protege os servidores contra a publicidade dos atos que comprometem o êxito das atividades sigilosas. Há obrigatoriamente o dever de proteger a identidade dos servidores da Abin, para que cumpram com responsabilidade seus deveres institucionais. Vale o registro de que nos Estados Unidos (EUA) a divulgação da identidade de agentes secretos ou servidores da inteligência, inclusive colaboradores, é considerada crime desde 1982, conforme prevê a Intelligence Identities Protection Act (Termo de Proteção de Identidade de Inteligência). Mas, lamentavelmente, há a sensação de que se vive em um tribunal de exceção. A sociedade perplexa chora e, com ela, a inteligência, mas, certamente, são e sempre serão lágrimas de guerreiros.

